



Teologia (e esfera) pública: uma reflexão rumo à cidadania¹

Public (realm and) theology: reflections towards citizenship

Gabriele Greggersen²

Resumo: As questões centrais do artigo são: qual a relação sadia entre religião e política e como essa relação pode promover a cidadania? Será a religião um assunto de foro íntimo, particular, ou diz respeito ao todo da sociedade e seu bem comum? Qual a relação destas questões com o recente campo da Teologia Pública e como ela pode contribuir para a cidadania? Em torno dessas questões, será praticada uma reflexão no campo da Teologia Pública, diferenciando a mesma de Teologia Política e Teologia da Libertação. Adotando a metodologia da revisão bibliográfica, o artigo discute ainda os conceitos de secularização e secularismo, de esfera pública e esfera privada, de poder, de cidadania e de pluralismo religioso, buscando a conceituação, positividade e legitimação da Teologia Pública, rumo a uma verdadeira cidadania.

Palavras-chave: teologia pública, esfera pública, secularização, cidadania, pluralismo religioso.

Abstract: The main issues of the article are: what is the relation between religion and politics and how may this relationship promote citizenship? Is religion a question of private intimacy, something private, or does it concern the whole society and the common good? What is the relation between these issues and the recent field of Public Theology and how may it contribute to citizenship? As an approach to those questions, we undertake a reflection in the area of Public Theology, distinguishing it from Political Theology and Liberation Theology. By practicing the methodology of bibliographical review, the article also discusses the meaning of secularization, secularism, of public and private arena, of power, citizenship, religious pluralism, searching for the meaning, positivity and legitimacy of Public Theology towards the actual citizenship.

Keywords: Public Theology, public realm, secularization, citizenship, religious pluralism

Introdução

Na concepção capitalista liberal ocidental a partir do século XX, a teologia não se mistura com a esfera do público. A religião é vista como algo reservado ao particular e não se mistura com política. Isso, em tese. Hoje, no século XXI, vemos cada vez mais os candidatos a cargos políticos negociarem com os representantes dos segmentos religiosos mais importantes, como os católicos e os evangélicos, buscando apoio. As bancadas evangélicas no Brasil têm cada vez mais poder e o nome de Deus é usado indiscriminadamente nos palanques públicos. sem falar do debate sobre os símbolos sagrados nos tribunais, hospitais e escolas públicas e do uso que as

¹ Recebido em 29 de março de 2022. Aceito em 16 de novembro de 2022 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Doutora. E-mail: ggreggersen@gmail.com



igrejas, particularmente as pentecostais, fazem dos meios de comunicação em massa, um veículo público, portanto, para alcançar adeptos.

Mas qual será a relação mais apropriada entre a religião e a política de acordo com os teóricos aqui considerados? Será a religião um assunto de foro íntimo, particular, ou diz respeito ao todo da sociedade e seu bem comum? Nosso objetivo nesse artigo é discutir essas questões, de que trata a Teologia Pública (TP), ramo da teologia que despontou recentemente entre os cursos de Teologia e de Ciências das Religiões de todo o país e do mundo.

Como bem resumiu von Sinner (2012, p. 12), “De modo geral, pode-se dizer que a teologia pública busca analisar, interpretar e avaliar a presença da religião, neste caso da religião cristã, no espaço público”.

Mas o que é espaço público e como ele se diferencia do particular? E o que a teologia tem a ver com ele? Essa é uma das discussões deste artigo.

A teologia, estudo sobre Deus e as Escrituras bem como as religiões, destaca-se das Ciências das Religiões por ser menos pragmática e mais voltada para um saber erudito. Isso porque tradicionalmente os cursos de Teologia vêm sendo oferecidos por instituições confessionais, com o objetivo de formar teólogos e obreiros para o ministério. Já as ciências das religiões querem formar um profissional gabaritado nas diversas religiões para atuar no Ensino Religioso, como capelão em instituições da área de saúde e de serviço militar como representante religioso nos diversos movimentos em prol do pluralismo e liberdade religiosa, entre outros. Entretanto, a Teologia Pública (TP) vem fazendo com que esse conceito seja relido e repensado, uma vez que ela é uma teologia engajada.

De acordo com Gonçalves (2012, p. 65-66), ela envolve o diálogo com amplos setores do conhecimento e da sociedade:

Num primeiro momento, a ideia é articular teologia com questões que afetam as pessoas como um todo, sendo acessível para todos numa esfera pública. Para tanto, o diálogo deve ser feito com outros segmentos do conhecimento a fim de buscar pontos convergentes de diálogo e aproximação com a sociedade. Nesse entendimento, essa relação justifica-se porque, se a teologia quer contribuir, ela precisa ir além da confissão e engajar-se numa discussão que tenha como pauta a ética social, a justiça social, os direitos humanos, a democracia, a política e a economia. Esse é o prospecto para uma Teologia Pública. Uma maneira de falar de Deus e sua vontade (Reino de Deus) que seja condizente e intelectualmente possível no emaranhado de ideias, conceitos e comportamentos da atual conjuntura global. O desafio é esse. As palavras que envolvem essa busca são convergir, dialogar, adequar.



Nesse sentido, todas as teologias engajadas, como a teologia negra, a feminista, da libertação, a política, etc. são teologias públicas, integrando todos os clamores dos marginalizados e minorias da sociedade. Mas, segundo o teólogo sul-africano Koopmann (2010), que dedica um artigo à TP no contexto da África do Sul,³ a TP vai além dessas teologias engajadas, ela as transcende, pois não se limita à crítica ao capitalismo, abrindo-se para visões críticas alternativas de sociedade, como uma visão mais equilibrada entre esquerda e direita, e para todos os discursos políticos. Ele inclui na esfera pública outros setores da sociedade que não apenas o político, como os esportes e a mídia.

Gonçalves (2012, p. 66-67) estabelece a seguinte distinção entre Teologia da Libertação e Teologia Pública:

A Teologia Pública procura o seu lugar. Diferentemente da Teologia da Libertação, que já conheceu o seu auge e está experimentando novas formulações, enquanto uma (Teologia da Libertação) promove um processo de questionamento, a outra (Teologia Pública) busca o cooperativismo, o diálogo não frontal, mas sim a parceria na construção da sociedade. É claro que aqui se corre o risco de vê-la taxada (sic) de conivente com os desmandos sociais e, na ânsia por contribuir, esquece-se de vê-la voz denunciante e profética, atitude característica da Teologia da Libertação.

É para não esquecer essa voz denunciante que se justifica a reflexão e o discurso sobre TP hoje, no contexto da secularização e do secularismo.

Teologia Pública, teologia política e secularização

A discussão da TP está relacionada à secularização da sociedade e o que Charles Taylor (2001, p. 24) chamou de “secular outlook” [perspectiva secular], em que a religião foi substituída pela racionalidade, principalmente com a Reforma protestante e sua ideia de sacerdócio universal, redução da presença de rituais e imagens, estudo direto da Bíblia e acesso sem intermediários a Deus, questionando, inclusive, a autoridade papal.

Esse também denominado desencantamento do mundo tem a ver com a sua desmagificação (Weber), ou seja, a eliminação da magia sacramental, em que as superstições e o caráter sagrado dos rituais passam a ser descartados para práticas mais pragmáticas e racionais de atuação no mundo. Um exemplo disso são os cultos de igrejas reformadas históricas, como as batistas, por exemplo, que quase não têm mais espaço para o mágico e o ritualístico, sendo que o pastor só se traça com roupas sociais e dispensa vestes ritualísticas, na maioria dos casos. A

³ Este país tem se destacado em pensadores na área de Teologia Pública.



liturgia também é bastante racional, tendo pouca abertura para manifestações emotivas, e segue uma ordem prática e objetiva.

De acordo com Zabatiero (2013, p. 84-85), é tarefa da TP não apenas dessacralizar, mas, em decorrência disso, também desidolatrizar a sociedade:

Uma teologia pública, então, seria uma reflexão teológica capaz de lidar com os dispositivos presentes na sociedade contemporânea. E o modo mais adequado de lidar com os dispositivos não é eliminá-los, ou meramente substituí-los, mas dessacralizá-los. Seria, então, a teologia, uma reflexão desmascaradora de ídolos, um discurso anti-idolátrico.

O deísmo e o humanismo também contribuíram para esse processo, que também é chamado de secularização, em que Deus é colocado em segundo plano, enquanto o ser humano se torna cada vez mais independente para determinar o seu próprio destino. Mas com as duas Grandes Guerras, tal humanismo e deísmo também entraram em crise, sendo que houve duas reações, o ateísmo e a retomada da religiosidade, agora ressignificada.

Nesse sentido, deve-se, segundo Cox (2015), diferenciar secularização, que é simplesmente a submissão da religião a uma nova ordem social, que, ao mesmo tempo, significa a sua libertação para assumir a sua verdadeira função de cura e de serviço a um mundo melhor e melhores condições de vida das pessoas, e secularismo. Enquanto a secularização nasceu do próprio cristianismo e da proposta de Cristo de “dar a César o que é de César”, o secularismo é uma doença, em que a religião é descartada, e se torna, ele mesmo, uma espécie de “religião antirreligiosa”.

Secularismo, como qualquer outro “ismo” está em constante risco de se endurecer e cair na intolerância e no triunfalismo. Como resultado da cultura judaico-cristã, o secularismo herdou algumas das boas características de seus pais e – que lástima – algumas das qualidades menos atraentes, como exclusividade, expansionismo e zelo. Poderá o secularismo superar seu complexo de superioridade, além do que Taylor identifica como a visão “estadial” de si mesmo, como o último, o mais alto, talvez o estágio final da história? Talvez o secularismo possa dar o passo seguinte em direção à maturidade ao reconhecer que não é um fenômeno nem uniforme nem unívoco. Tal como o título do livro já mencionado diz *Varieties of Secularism in a Secular Age* [...] não existe um únco (sic) “secularismo”. Dentro de seu domínio, há denominações, seitas e cismáticos, tradicionalistas e radicais. Disputas intraseculares são geralmente rancorosas. Talvez o secularismo necessite de seu próprio movimento ecumênico (COX, 2015, p. 29-30).

Nesse contexto pós-moderno, de redefinição do lugar do sagrado no cenário das sociedades humanas, cada vez mais urbanizadas, é que a TP se inscreve. De acordo com Cox (2015), até o nome de Deus se redefine na tecnópolis. Neste sentido a TP se confunde com



teologia política. Mas é preciso distinguir esses conceitos, esclarecendo que enquanto a segunda está relacionada ao poder e ao Estado, a TP tem relação com o espaço social de cidadãos que surgiu no século XVIII, como nos esclarece Sung (2016, p. 190):

A esfera pública, como mostrou Habermas, começou a emergir no século XVIII e se desenvolveu como um espaço social distinto do Estado, do mercado e da família, no qual indivíduos podem se engajar como cidadãos em debate público sobre o bem comum.

É nesse sentido, da cidadania, que a teologia pode ser pública. Mas o que é esfera pública?

A esfera pública, o poder e suas relações com a TP

Em Charles Taylor, o público está ligado ao comunitarismo, ou seja, onde o bem comum, que é o sentido da palavra “comunidade”, é mais importante do que o privado. A esfera pública é a arena em que os interesses comuns são debatidos livremente. Então a esfera pública se confunde com opinião pública e intercomunicação, sendo que, apesar de haver uma separação entre a igreja e o Estado; a igreja e todas as outras manifestações da religiosidade também têm voz legítima nesse espaço, que é comum, “metatópico”, extrapolítico e secular, ou seja, um conjunto de espaços de reunião de grupos tópicos (por esporte, religião, festividades, manifestações artísticas e culturais, etc.), que vai além de tais tópicos.

Tal opinião pública é fruto de uma dialética do debate, não de uma simples soma de vozes ou consenso entre elas, e deve ser escutada pelo poder político, que a deve ter como a voz do povo soberano, que vai além do político e ao qual o político deve prestar contas.

Como destaca Zabatiero (2013, p. 87), na conclusão de seu artigo, a TP diz respeito a se fazerem ouvir vozes do público e não pode se fixar a nada:

Uma teologia que se pretenda pública, então, não pode se prender às fixações modernas, às rigidezes ortodoxas, às permanências dogmáticas. Uma teologia pública é uma voz no próprio processo de constituir o *público*. O ato de fazer teologia em público, em voz alta, nas ruas e praças, nos templos e nos mercados, nas salas e quartos, nos bares e restaurantes é ato público. Pensar teologicamente em voz alta é pensar publicamente – sempre e na medida em que seja pensar livre, inteligente, justo, pensar como resposta à interpelação do Outro; pensar como resposta graciosa ao clamor do Outro que sofre a insustentável leveza de viver.

Segundo Taylor ainda, o discurso religioso e teológico, sendo de natureza pública, pois integra o ser da humanidade, principalmente no que tange à constituição de valores, não precisa de “tradução” em termos seculares, para fazer parte do debate público.



Nisso o autor se diferencia de Habermas, que concorda com a definição de esfera pública de Taylor, mas atribui o religioso à esfera privada, sendo necessária a sua “tradução” para a esfera pública e para os termos seculares.

Quanto à relação entre teoria e prática, o conceito de TP pode ser classificado em duas vertentes, uma mais teórica, que se inspira em fontes sociológicas, filosóficas e teológicas para teorizar toda a problemática, e uma mais prática, voltada para a práxis social.⁴

Mas, em qualquer uma dessas vertentes propostas, deve-se assumir que não haja uma conceituação fechada e definida, mas que ela é, como em toda área emergente, um conceito em construção e em processo de vir a ser.

Assim, a TP não pode ser pensada sem se pensar na sociedade complexa e dinâmica e na subjetividade dela decorrente. O contexto social é valorizado por Mark Taylor no seguinte trecho:

O modo mais minimalista de teologia pública envolve um reconhecimento que eu creio ser fácil de demonstrar, de que a teologia – seja ela chamada de pública, política, prática, sistemática, feminista, da libertação, ou mesmo “clássica” – sempre está inscrita em um campo social e intersubjetivo (TAYLOR, 2014, p. 152).

O autor enfatiza que, nesse sentido, toda teologia séria é pública, pois envolve a geração de um impacto social e um diálogo intersubjetivo. Assim, a área da TP veio convidar a um repensar de práticas e teorias da teologia em geral.

Mas o autor também ressalta que, levando em consideração os três “públicos” da teologia: a academia, a igreja e a sociedade,⁵ ela pode vir a se tornar um meio para se assegurar um lugar na ordem social, tornando-se “elitista”. A TP combate tal tendência, o que está refletido na etimologia da própria palavra “público”, que vem de *publicus*, que, por sua vez,

[...] é composto de *poplicus* (do povo) e *pubes* (adulto). Embutida no próprio termo “pública”, então, existe uma noção de desenvolvimento, maturação, a reivindicação de chegar “à maioridade”, que pode entrar em tensão com a noção “do povo”, esta última uma frase que é mais inclusiva e pode incluir perspectivas daquelas pessoas consideradas “não desenvolvidas”, “menores”, “membros não legítimos da ordem social”, ou, pelo menos, marginais a ela (TAYLOR, 2014, p. 155).

Então, a TP sempre visa uma evolução, uma transformação positiva da sociedade. E não só ela, como também a realidade, o “mundo” como um todo. Pois esta socialidade é, de acordo com ele, um “ser-no-mundo-social [...] o enfoque da palavra ‘mundo’ não se restringe somente à

⁴ Aliás, o aspecto de práxis social da Teologia Pública é muito destacado também por Zabatero (2013).

⁵ Moltmann (2004) também usa essas categorias em seu *Experiências e reflexão teológica*.



humanidade socializada, mas envolve também a natureza e a terra.” (TAYLOR, 2014, p. 157). Daí podemos ver a relação que há entre a TP e o Ecoteologia, por essa abrangência da palavra “mundo”.

Outra palavra indissociável de TP, conforme destacado por Sinner (2012), é a cidadania, como veremos mais adiante, sendo que toda TP tem no seu horizonte a luta pelos direitos e em prol da cidadania de todos. Nesse sentido, ao que nos parece, a TP poderia muito bem suceder a Teologia da Libertação, sendo uma proposta mais atual e contextualizada na realidade do século XXI. Mas de onde veio e como se constrói o conceito de TP?

Conceito e construção da TP

A expressão TP foi usada pela primeira vez por Martin E. Marty em um artigo de 1974, dedicado à cultura política americana, em que muitos estadistas se valeram da religião em suas plataformas políticas, praticando o que ele chamou de TP.

Data dessa época também outro artigo, como especifica von Sinner (2012, p. 22):

Praticamente no mesmo período, em 1974, o professor de teologia católica de Chicago, David Tracy, publicou um texto sobre “teologia como discurso público”. Aqui, o que está em pauta não é tanto uma contribuição para assuntos éticos na vida pública, mas o que “estaria permitindo à teologia como tal que seja uma forma de discurso público”.

E na Alemanha, temos pistas de uma “öffentliche Theologie” em autores como Wolfgang Huber e outros, mas até a década dos anos 90 se preferiu falar em uma Teologia Política e não Pública, como a relação entre Estado e religião na Alemanha dá a entender.

No Brasil, desde 2001 existe o Instituto Humanitas da Unisinos – universidade jesuíta de São Leopoldo, que contribui com seu programa de TP para o debate, através da organização de simpósios anuais e publicações mensais e de livros sobre o tema.

Outro polo de divulgação das pesquisas é a Escola Superior de Teologia (EST) também de São Leopoldo, que, com seu docente Rudolf von Sinner, suíço radicado no Brasil, tem publicado na área e fomentado pesquisas. Esta escola e seu representante fundaram em 2007 a *Global Network for Public Theology* (GNPT), que, através de sua revista *International Journal of Public Theology*, tem divulgado pesquisas na área.

Segundo todas essas vertentes e também a TP da Europa, ela tem que ser não confessional, pluralista e contribuir para o diálogo interconfessional e inter-religioso voltado para o bem comum, mediando questões públicas como conflitos éticos, religiosos, sociais e políticos.



Mas, como já mencionamos, é preciso, antes de tudo, diferenciar a TP da Teologia Política, que, numa perspectiva subjetiva, é mais utópica e revolucionária e, portanto, mais ideológica do que a TP, que é mais ampla, específica, pluralista e pragmática. Assim, ela combate a privatização e marginalização da teologia contemporânea, provando-se uma alternativa para as cidades secularizadas e urbanizadas.

TP, tecnologia e poder

É importante relacionar a TP ao poder, que significa “ser capaz”. De acordo com Mark Lewis Taylor (2014, p. 149), a TP não pode ser dissociada do poder. Nesse sentido, a TP é o “melhor meio de nomear o que teólogos cristãos pensam e fazem quando estão engajados nas estruturas de poder, tanto da vida cotidiana como das sociedades globais”.

O poder na tecnópolis envolve os meios tecnológicos e de comunicação que nos capacitam hoje em dia de diversas formas, principalmente nos meios secularizados e urbanizados, tanto que atualmente os meios tecnológicos se confundem com os meios de poder.

O público e os públicos sempre estão envolvidos em um jogo de força e forças e estas devem ser estudadas. A força é um agente operacional e um condicionador do engajamento público, inclusive para o intelectual pacifista que gostaria de evitar qualquer uso de força (e violência). Somente as pessoas mais ingênuas, trabalhando dentro de ambientes intelectuais superprotegidos, defenderiam a ideia de que a vida pública é apenas uma esfera do discurso liberal ou de diálogo compreensivo (TAYLOR, 2014, p. 159).

Assim, a TP está relacionada ao jogo de forças de energia e poder, que, por sua vez, segundo Tillich, envolve “um fator adicional, a saber ‘vontade e consciência’” (Tillich, *apud* TAYLOR, 2014, p. 161), que, por sua vez é uma forma de ser.

Nesse sentido, a TP está inserida em uma “ontologia histórico-material do poder” (TAYLOR, 2014, p. 163), que Taylor também chama de política agônica, que vem de agonia, também denominada angústia existencial. Essa angústia, ressaltada pela maioria dos filósofos existencialistas, está relacionada ao ser, especialmente em um mundo globalizado, individualista e materialista como o nosso, em que as pessoas sofrem, em seu ser, de solidão e crise existencial. Lembramos que “globo” vem de “globus”, que contrasta com a singularidade do termo “mundo” e se mistura a uma “experiência de homogeneização” (ibid.).

O todo da vida tende à ‘totalização’ e, nos ambientes políticos, ao ‘totalitarismo’. Globo, nesse sentido, é o mundo corrompido e destruído, transformado negativamente



em uma “terra de exílio”, em um “vale de lágrimas” [...] Certas constelações de poder pesam sobre a mente, sobre pensadores – de modos diversos. Matéria e história estão situadas em totalidades mundiais onde ser e poder se interpenetram. Esta é a minha ontologia histórico-material do poder. Ela é a matriz dentro da qual a “teologia pública” está situada, assim como toda ação e pensamento (TAYLOR, 2014, p. 163-164).

A perspectiva da cidadania e a perspectiva a partir das margens

Outro autor que teoriza sobre a TP é Raimundo Cesar Barreto Junior, que a define como uma linguagem e um discurso teológico “para a vida e as questões públicas”. Citando Duncan, ele define que TP é uma teologia que “busca oferecer insights distintivos e construtivos a partir do tesouro da fé que contribuam com a formação de uma sociedade decente, a restrição do mal, a limitação da violência, a construção da nação, e a reconciliação na esfera pública, entre outros” (Duncan, *apud* BARRETO, 2014, p. 206).

Para o autor, a TP não é algo novo, mas a novidade que temos desde a modernidade é a secularização da religião,⁶ ou seja, a separação entre ela e a coisa pública, sendo que a religião é relegada ao campo do privado. A TP nada mais é do que uma reversão desse processo, trazendo a teologia e a religião para o campo do debate genérico dos problemas da sociedade e das cidades.

Como exemplos da TP ele cita a “doutrina social católica, a teologia do evangelho social, o realismo cristão de Reinhold Niebuhr, a ética social de Martin Luther King Jr e as diversas teologias da libertação” (BARRETO, 2014, p. 207).

A TP também se confunde com teologia da religião civil, preocupada com a tradução do discurso teológico para a sociedade secular, rompendo com as fronteiras rígidas da academia, invertendo a atitude “isolacionista e sectária” (BARRETO, 2014, p. 209).

No Brasil, esse discurso diversificado da TP ainda está em formação e tem se destacado somente nas últimas poucas décadas. O autor então propõe uma superação da perspectiva da Teologia da Libertação, que é a origem da TP, para uma teologia da cidadania.

Ele evoca von Sinner para dizer que a Teologia da Libertação na América Latina (TLAL) se originou de um “contexto específico, interagindo com outras formas de teologias cristãs a nível global, com organizações cristãs mundiais, confessionais ou ecumênicas, e com a academia e a sociedade civil em nível nacional e internacional.” (BARRETO, 2014, p. 215).

⁶ Conforme vimos, ele está se referindo, segundo a distinção de Cox (2015), ao secularismo e não à secularização.



Enquanto nos anos 60 e 70 a TLAL se restringia às questões de desigualdade social e pobreza, nas décadas de 80 e 90 o discurso foi ampliado para as minorias como mulheres, negros, a comunidade LGBTI.

Ao ampliar a perspectiva da TLAL para uma teologia da cidadania, von Sinner atribui três objetivos à TP:

Teologia pública para von Sinner é uma teologia que “pretende (1) abordar questões da sociedade contemporânea, (2) confirmar seu lugar na universidade e (3) ser comunicável à comunidade científica, religiosa e política”. De acordo com ele, uma teologia pública, qualificada mais especificamente como uma teologia da cidadania, permite abordar os “principais desafios atuais,, mantendo-se ainda conceitualmente aberta para outros e novos desafios na sociedade. Essa abordagem ainda teria a vantagem de ser “crítico-construtiva”, ao invés de “conflitante”, tendo um enfoque mais dialógico, cooperativo e construtivo do que teologias denominadas particularistas afirmando-se, assim, como uma reflexão teológica racional, comunicável e pluralista (BARRETO, 2014, p. 217-218).

Porém, Barreto (2014) acredita que a teologia da cidadania não dá conta da libertação proposta pela TLAL, já que não resolve os problemas de “exclusão intrínseca da modernidade e sua colonialidade do poder, que estão na base da nação-estado” (BARRETO, 2014, p. 219).

Para compensar esta insuficiência, ele propõe uma teologia da resistência e da solidariedade, descolonizante, pensada a partir das margens, ou seja, dos excluídos da sociedade, num discurso alternativo ao moderno, que promove a massificação e a “monocultura da mente” (Mignolo, *apud* *ibid.*, p. 220).

Somente assim seria possível resistir à manipulação do imperialismo. Com isso, ele enfatiza o caráter conflitante da teologia, que deve buscar dar voz àqueles tornados invisíveis e silenciados na sociedade.

O autor preconiza, assim, uma volta ao “cristianismo da libertação”, já que as questões levantadas pela TLAL não foram superadas e são atuais. E conclui: “Se a teologia cristã deseja lidar com tais questões de forma adequada, ela precisará constriuir (sic) sobre a base ética, metodológica, epistemológica da teologia da libertação” (BARRETO, 2014, p. 225).

Mas é preciso dizer, em defesa de von Sinner (2014), que o conceito de cidadania vigente no Brasil, embora seja um conceito vindo de cima, de políticas populistas ditadas pelo governo Vargas e que abrange muito mais do que direitos e deveres, envolve uma visão alternativa da sociedade civil, com o combate às injustiças sociais, econômicas e civis.

Assim, embora von Sinner (2014) concorde que a cidadania não se limita a direitos e deveres, por inúmeras razões, principalmente porque a lei de nada serve se é aplicada



exclusivamente pelas autoridades, ele acredita que a filosofia ou até teologia da cidadania tem, sim, quando bem aplicada, a capacidade de transformar a sociedade como um todo e o mundo em uma sociedade e um mundo melhores. Ele mesmo resume suas ideias da seguinte forma:

Minha intenção é mostrar cinco elementos que são centrais ao ser cidadão [...] ser um cidadão, viver como cidadão, perseverar como cidadão, servir como cidadão e, especialmente, ser um cidadão cristão, servindo a um Deus debaixo de dois regimentos (VON SINNER, 2014, p. 273).

Por dois regimentos ele quer dizer o secular e o religioso. Em seguida, o autor explicita esses cinco elementos, que não vamos reproduzir aqui, e reitera que, apesar do quinto elemento dizer respeito aos cristãos, todos os demais são aplicáveis a pessoas não cristãs.

Abrangência da TP e pluralismo religioso

Como pudemos ver até aqui, a TP engloba uma grande diversidade de temas como, por exemplo, as questões de gênero e raça; das minorias e dos excluídos da sociedade em geral; dos imigrantes e refugiados, envolvendo aspectos culturais, de diálogo inter-religioso e também, no âmbito cristão, do ecumenismo; e as ambientais e de segurança alimentar. Por isso mesmo é que o debate da TP tem a ver com a discussão em torno da cidadania e dos direitos humanos.

O livro recente *Cristianismo mundial como religião pública* (2016), organizado por Cavalcante e Rosa, é uma prova da abrangência e importância de todos esses temas no campo da TP, que se abre para um diálogo internacional sobre o assunto, abarcando contribuições de várias localidades do planeta.

Mas gostaria de focar em um capítulo específico, o já mencionado de Jung Mo Sung, intitulado “Cristianismo como religião pública, pluralismo e diálogo”, em que o autor defende uma religião pública, em vez de uma TP.

Para apresentar o seu ponto, Sung nos lembra que a palavra “religião” se entende, numa sociedade globalizada, a partir do pluralismo religioso e do diálogo inter-religioso. E pública é entendida como aquela religião que, segundo Moltmann (*apud* SUNG, 2016), identifica-se com os sofridos do nosso tempo e abrange temas da arena pública da sociedade, como oposta às questões privadas e internas da igreja, defendendo não interesses intramuros, eclesiais, mas extramuros, voltados para o Reino de Deus.

Assim, o público tem a ver com o social e o político, que só pode ser assim entendido, sem recair na armadilha da teocracia, se adotar a perspectiva do pluralismo religioso.



Portanto, a discussão sobre a “religião pública” ou a dimensão pública de uma fé religiosa sem pressupor uma discussão sobre a questão da secularização e do pluralismo religioso pode nos levar a uma tentação de retorno a um tipo de teocracia ou o uso de forças coercitivas do Estado para impor sobre toda a sociedade a cosmovisão e sistema de valores morais de um grupo religioso (SUNG, 2016, p. 190).

É preciso, pois, um resgate da dimensão social e política da religião, amparada pelo respeito não só por diferentes expressões do cristianismo, que é a dimensão do ecumenismo, mas também por diferentes manifestações religiosas.

Contudo, o pluralismo religioso só se tornou relevante quando a religião deixou de ser predominante e nos países em que o cristianismo é uma minoria, pois aí ele deixou de ser uma concessão para se tornar uma necessidade de sobrevivência.

Em resumo, o pluralismo religioso passou a ser tolerado, aceito e valorizado na medida em que a religião deixou de ser o fundamento ideológico da ordem social, quando ela deixou de ser importante para a manutenção e reprodução da ordem social e nem oferece risco à ordem social dominante (SUNG, 2016, p. 196).

Para o autor, enquanto a religião cristã for proselitista e acreditar que detém a verdade, ao contrário das outras religiões, não haverá diálogo real para a busca de soluções comuns para os problemas sociais e o clamor das massas, vindas das religiões.

Em linguagem cristã, o diálogo entre o cristianismo e outras religiões deve ser sobre o Reino de Deus e sua justiça, e não sobre nós mesmos, as nossas religiões e suas diferenças. Só assim podemos apreciar de forma honesta e positiva o pluralismo religioso, ao mesmo tempo em que não negamos a missão e a identidade do cristianismo (SUNG, 2016, p. 199).

Ouvindo o clamor do povo que sofre, as religiões podem, destarte, unir-se e deixar de lado as suas diferenças em prol da cidadania, sem negar a sua própria identidade enquanto religião.

Considerações finais

Retomando a nossa questão inicial sobre a relação entre a religião e a política e o nível de envolvimento dessa religião com o nível particular ou público do indivíduo e da sociedade, respectivamente, resta comentarmos, conclusivamente, que tais relações e níveis precisam ser vistos de uma forma dialética.

Não existe religião sem política e nem política, sem religião. Ambas se implicam mutuamente e precisam se retroalimentar para que haja uma relação saudável. Nesse sentido, a



teologia mais aberta e menos confessional e fundamentalista, e mais pluralista, e as ciências das religiões têm muito a contribuir no sentido de auxiliar no diálogo e na discussão de questões prementes na sociedade, rumo a uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Semelhantemente, os níveis particular e público da fé, principalmente a fé cristã, têm essa relação complexa e dialética de implicação mútua, em que o indivíduo faz parte de um corpo articulado, de um todo mais amplo, que não funciona sem as suas partes. Nesse sentido, a TP não veio negar os aspectos pessoais e espirituais da mística cristã, dissolvendo-os no todo indiviso do público, mas veio resgatar uma utopia que visa ao todo da humanidade, que era também a preocupação de Cristo, que se importava tanto com o indivíduo quanto com a totalidade.

Destarte, a TP tem todas as chances de se tornar uma teologia promissora para ressignificar a própria teologia, fazendo-a sair dos seus guetos academicistas e voltar-se para a sociedade, desde que não se torne unilateral e sempre promova a abertura ao diálogo e à totalidade do real, que inclui o indivíduo e sua particularidade.

Podemos concluir junto com von Sinner, retomando a sua questão inicial da presença dos símbolos sagrados nos espaços públicos e do papel político das igrejas no Brasil (2012, p. 28):

Portanto, os desafios inicialmente citados, sobre a pertinência dos crucifixos em tribunais (e outras repartições do poder público) e as atividades políticas de evangélicos (e quaisquer outros grupos religiosos) precisam de ampla reflexão não apenas a partir de um Estado neutro em assuntos de religião que garanta a liberdade religiosa, mas das próprias igrejas e da teologia. Norteadas pelo bem comum, devem atuar com ousadia e humildade em vez de corporativismo. Eis a importância de uma teologia pública.

Referências

- BARRETO JR, Raimundo C. Teologia Pública: uma perspectiva a partir das margens. In: ROSA, Wanderley P. da; RIBEIRO, Osvaldo L. (org.). *Religião e sociedade (pós)secular*. Santo André (SP): Editora Academia Cristã; Vitória (ES): Editora Unida, 2014. p. 205-226.
- BARRETO JR, Raimundo C.; CAVALCANTE, Rolando; ROSA, Wanderley Pereira da. (org.). *World Christianity as Public Religion: Cristianismo Mundial como Religião Pública*. Vitória (ES): Editora Unida; Princeton (NJ): Princeton Theological Seminary, 2016.
- COX, Harvey. *A cidade secular: secularização e urbanização na perspectiva teológica*. Trad. Jovelino Pereira Ramos e Myra Ramos. Santo André (SP): Academia Cristã, 2015.
- GONÇALVES, Alonso. Teologia Pública: entre a construção e a possibilidade prática de um discurso. *Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura*, ano VIII, n. 38, p. 63-76, 2012. Disponível



em:

https://www.academia.edu/9698314/Teologia_P%C3%BAblica_entre_a_constru%C3%A7%C3%A3o_e_a_possibilidade_pr%C3%A1tica_de_um_discurso. Acesso em: 27 out. 2020.

KOOPMAN, Nico. Apontamentos sobre a teologia pública hoje. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, RS, v. 22, p. 38-49, maio-ago. 2010. (Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia – EST). Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/29/0>. Acesso em: 26 out. 2020.

MOLTMANN, Jürgen. *Experiências e reflexão teológica*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SINNER, Rudolf von. Igrejas e democracia no Brasil: Por uma Teologia Pública Cidadã. In: SINNER, Rudolf von. Teologia Pública no Brasil: um primeiro balanço. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, ano 44, n. 122, p. 11-28, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1589/1939>. Acesso em: 25 set. 2020.

SUNG, Jung Mo. Cristianismo como religião pública, pluralismo e diálogo. In: BARRETO JR., Raimundo C.; CAVALCANTE, Ronaldo; ROSA, Wanderley Pereira da. *World Christianity as Public Religion: Cristianismo Mundial como Religião Pública*. Vitória (ES): Editora Unida; Princeton (NJ): Princeton Theological Seminary, 2016.

TAYLOR, Charles. Two Theories of Modernity. In: GOANKAR, Dilip Parameshwar (ed.). *Alternative Modernities*. Durham University Press, 2001, p. 24-33.

TAYLOR, Mark Lewis. Duas palestras sobre Teologia Pública. In ROSA, Wanderley P. da; RIBEIRO, Osvaldo L. (org.). *Religião e sociedade (pós)secular*. Santo André (SP): Editora Academia Cristã; Vitória (ES): Editora Unida, 2014, p. 149-204.

ZABATIERO, Júlio P.T. O público em “Teologia Pública”. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 53, n. 1 p. 74-88 jan./jun. 2013.